

Resumo executivo

# Balanço Preliminar das Economias

da América Latina  
e do Caribe **2025**



NAÇÕES UNIDAS

**CEPAL**

# Thank you for your interest in this ECLAC publication



UNITED NATIONS



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)

---

Click on the link below for our social networks and other channels for accessing our publications:

 <https://bit.ly/m/CEPAL>



Resumo executivo

# Balanço Preliminar das Economias

da América Latina  
e do Caribe **2025**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

## José Manuel Salazar-Xirinachs

Secretário Executivo

## Javier Medina Vásquez

Secretário Executivo Adjunto a. i.

## Noel Pérez Benítez

Oficial Encarregado da Divisão de Desenvolvimento Econômico

## Sally Shaw

Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2025 foi dirigida por Noel Pérez Benítez, Oficial Encarregado da Divisão, e a coordenação geral coube a Ramón Pineda Salazar, Oficial Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Para a elaboração deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, Divisão de Comércio Internacional e Integração, sede sub-regional da CEPAL no México, sede sub-regional da CEPAL para o Caribe e escritórios nacionais da Comissão na Argentina, Bogotá, Brasília, Montevidéu e Washington, D.C. Agradecemos os comentários e sugestões de José Manuel Salazar-Xirinachs, Raquel Chanto, Cecilia Vera, Vianka Aliaga e Sergio Rivero.

O relatório foi elaborado com insumos preparados pelos seguintes especialistas: Esteban Pérez Caldentey, Georgina Cipoletta e Jeanelle Clarke (tendências da economia mundial), Esteban Pérez Caldentey (liquidez global), Christine Carton (contas externas), Claudio Aravena e Ramón Pineda Salazar (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Sonia Albornoz e Tomás Gálvez (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar (preços), Noel Pérez Benítez, Dalmiro Morán, Michael Hanni, Patricia Weng, Ivonne González, Elisa Araneda e Juan Manuel Badilla (política fiscal), Francisco Villarreal e Alejandra Acevedo (políticas monetária, cambial e prudencial), Pablo Carvallo, Ramón Pineda Salazar, Christine Carton, Claudio Aravena e Temitope Farotimi (projeções econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e escritórios nacionais. Tomás Gálvez coordenou a elaboração do anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Ivonne González e Michael Hanni.

As notas sobre os países foram elaboradas pelos seguintes especialistas: Laura Abramo, Alejandra Acevedo, Anahí Amar, Claudio Aravena, Raquel Artecona, Fernando Balbuena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Manuel Camilo Quesada, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, Jeanelle Clarke, Temitope Farotimi, Lola Fainsod, Tomás Gálvez, Enrique González, Camila Gramkow, Michael Hanni, Michael Hendrickson, José Iraheta, Mayra Juruá Gomes, Álvaro Lalanne, Yinan Liang, Sheldon McLean, Claudia Ospina, Roberto Orozco, Ramón Padilla, Ángela María Penagos, Guillermo Peredo, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, Manuel Quesada, Verónica Quiroz, Juan Carlos Rivas, Miosotis Rivas Peña, Indira Romero, Jesús Santamaría, Dejeanne Serville, Daniel Vergara, Francisco Villarreal, Patricia Weng e Romain Zivy.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

---

Publicação das Nações Unidas

LC/PUB.2025/27 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2026 • Todos os direitos reservados

Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.2500736[pt]

---

### Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" refere-se ao dólar dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra entre cifras que expressem anos (por exemplo, 2024/2025) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido ao fato de que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (2026). *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2025. Resumo executivo* (LC/PUB.2025/27).

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente se solicita que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

# Resumo executivo

---

|  |    |
|--|----|
| A. Dinâmica mundial e regional em 2025.....                      | 5  |
| B. Perspectivas econômicas para 2026 .....                       | 9  |
| C. Desafios para os gestores das políticas macroeconômicas ..... | 12 |



O crescimento econômico da América Latina e do Caribe continuou moderado em 2025, condicionado pelo fraco dinamismo da demanda interna e um ambiente mundial incerto. O setor externo mostra resultados heterogêneos: alguns países registraram maiores exportações de bens e serviços, enquanto outros foram afetados pela pressão sobre os termos de troca e uma maior volatilidade comercial.

Na área fiscal, as medidas de consolidação fiscal e os pagamentos de juros da dívida limitaram o espaço para políticas mais ativas. Os mercados de trabalho continuam a se recuperar, mas a um ritmo mais lento. O emprego cresce moderadamente, persistem lacunas de participação no mercado de trabalho e desocupação entre homens e mulheres e a informalidade continua elevada na maioria dos países.

A inflação continua diminuindo, o que permite avançar para posturas monetárias menos contracionistas, embora o investimento se mantenha contido e a produtividade não mostre sinais de aumento. O dinamismo provém principalmente do setor dos serviços, enquanto a indústria e a construção estão defasadas.

As perspectivas econômicas da América Latina e do Caribe para 2026 indicam que a região continuará numa trajetória de baixo dinamismo, caracterizada por taxas de crescimento moderadas, contexto internacional incerto e persistentes limitações internas para impulsionar o investimento, fortalecer a produtividade e expandir o emprego formal.

## A. Dinâmica mundial e regional em 2025

### 1. O contexto internacional

**A desaceleração da economia mundial continuará em 2026.** Depois de registrar um crescimento de 3,3% em 2024, o dinamismo da atividade econômica mundial diminuiu ligeiramente em 2025 e projeta-se uma expansão de 3,2% em 2026. Esse desempenho é explicado pela escalada tarifária aplicada pelos Estados Unidos e por um contexto generalizado de elevada incerteza. Além disso, os altos níveis de dívida pública restringiram o espaço do gasto governamental e as altas taxas de juros de longo prazo constituíram um obstáculo para gerar maiores níveis de investimento.

A isso somam-se problemas estruturais, como a crise de produtividade na zona do euro e a deflação persistente na China, que limitam o impulso global. Para 2026, as projeções indicam um crescimento de 3,0%, inferior ao estimado em 2025, num contexto de transformações profundas relacionadas com a rápida adoção de tecnologias associadas à inteligência artificial, que elevam a produtividade em certos segmentos, mas também geram riscos financeiros vinculados ao seu predomínio na capitalização das bolsas de valores e à concentração das valorizações em poucas empresas.

Nesse contexto, espera-se que a economia dos Estados Unidos se desacelere em 2025 e apresente um crescimento de 1,8%, em comparação com os 2,8% registrados em 2024. Esse desempenho é apoiado pelo gasto público expansivo, um efeito riqueza significativo e o aumento das receitas reais, impulsionados por melhorias da produtividade e um mercado de trabalho que, embora apresente sinais de ter perdido dinamismo, se mantém estável. A extraordinária valorização bursátil do setor tecnológico, associada à inteligência artificial, reforçou o consumo dos domicílios de maior renda, aumentando a dependência do ciclo econômico em relação aos segmentos de alto patrimônio. No âmbito monetário, a Reserva Federal iniciou um ciclo de redução das taxas no segundo semestre de 2025, baixando a taxa dos fundos federais para uma faixa entre 3,50% e 3,75%, em resposta à desaceleração do mercado de trabalho, custo crescente do serviço da dívida pública e moderação da inflação.

Na Europa, o crescimento continuou fraco, projetando-se uma taxa de 1,1% para 2025. A zona do euro continua afetada pela menor demanda externa, fraqueza do investimento e problemas de produtividade persistentes, particularmente na Alemanha e França. Embora a inflação tenha convergido para a meta de 2%, o que permitiu estabilizar a política monetária, os altos níveis de dívida limitam as margens de ação. Um caso destacado dentro do bloco é o da Espanha, que se consolidou como a economia de maior crescimento (com uma taxa de cerca de 2,6%), apoiada no dinamismo do setor turístico, investimento em infraestrutura e avanço do setor das energias renováveis.

As economias emergentes e em desenvolvimento mostraram um desempenho favorável. No caso da Índia, projeta-se um crescimento de 6,5% em 2025, impulsionado pelo consumo e pelos serviços tecnológicos. No caso da China, espera-se que em 2025 a economia cresça 4,9%, apoiada principalmente nas exportações (que no período de janeiro a setembro aumentaram mais de 7% em comparação com o mesmo período de 2024), embora enfrente riscos associados à fraqueza do consumo, deflação, excesso de capacidade produtiva e problemas do setor imobiliário.

Em 2025 o comércio mundial registrou uma recuperação parcial graças ao maior dinamismo do comércio Sul-Sul, mas foi afetado pelas tarifas aplicadas pelos Estados Unidos, que reconfiguraram cadeias de suprimentos e provocaram efeitos diversos entre os países exportadores.

As condições macrofinanceiras continuam sendo um elemento central do contexto mundial. Os altos níveis de dívida pública nas economias avançadas reduzem as margens para aplicar políticas fiscais anticíclicas, enquanto as taxas de juros de longo prazo permanecem elevadas, o que restringe o investimento. Esse cenário afeta especialmente as economias emergentes, para as quais os custos de financiamento continuam condicionados pela volatilidade global e pela incerteza a respeito da trajetória futura da política monetária dos Estados Unidos.

## 2. A liquidez global

Em 2025 a liquidez global manteve a tendência à alta e aumentou devido principalmente à expansão monetária nos Estados Unidos, China e Japão. O crescimento da oferta monetária ampliada dos principais bancos centrais do mundo passou de 2,4% em 2024 para cerca de 4,3% em 2025, o que, junto com os cortes de taxas, suavizou parcialmente as condições financeiras globais na segunda metade do ano. Contudo, esse alívio não modifica significativamente as condições do contexto internacional, já que o crescimento continua lento e a incerteza se mantém elevada, configurando um cenário externo desafiante para a América Latina e o Caribe em 2025, que se manterá em 2026.

## 3. As contas externas da América Latina e do Caribe

**Em 2025, o déficit em conta corrente da região se estabilizará em cerca de 1,6% do PIB, o que equivale a 105 bilhões de dólares, mas com diferenças acentuadas entre as sub-regiões.** O desempenho externo da América Latina e do Caribe em 2025 foi determinado por uma combinação de fatores internacionais e nacionais. Esse resultado representa uma melhoria considerável em comparação com o período 2015–2019, quando o déficit médio era de cerca de 2,5% do PIB, e se enquadra no processo de correção iniciado em 2022. Para 2026 projeta-se um déficit levemente menor (1,5% do PIB), o que reflete a continuação de um processo de consolidação dos desequilíbrios externos.

Por sub-regiões, a situação foi heterogênea. A América Central beneficiou-se de um fluxo de remessas sustentado, que lhe permitiu reduzir seu déficit em conta corrente e aproximar-se de uma posição de equilíbrio. As economias da América do Sul registraram um déficit moderado, o que foi favorecido por um superávit na conta de bens, como resultado da recuperação parcial das

exportações de recursos naturais. Por sua vez, no Caribe ocorreu uma deterioração significativa da conta corrente, devido a um menor dinamismo do setor turístico e elevados custos de financiamento externo.

Prevê-se que a balança de bens registre um superávit de cerca de 0,5% do PIB em 2025 (frente a 0,7% do PIB em 2024), como resultado do maior dinamismo das importações, derivado da recuperação da demanda interna, e de uma expansão moderada das exportações. Para 2026 prevê-se uma ampliação do superávit para cerca de 1% do PIB, impulsionada pelo aumento dos volumes exportados, junto com a estabilização das importações devido a um crescimento econômico mais contido.

Em contraste, a conta de renda continuou sendo a principal fonte de pressões externas, com saídas líquidas superiores a 4% do PIB, o que reflete o crescente peso dos pagamentos ao exterior a título de juros sobre obrigações externas.

Em termos estruturais, os países da região continuam expostos aos riscos associados à composição de sua dívida externa. Embora em média exista um equilíbrio entre credores internos e externos, os países com maior proporção de credores externos enfrentam maior vulnerabilidade, num contexto de incerteza cambial e possíveis saídas de capital.

## 4. A atividade econômica

### **A atividade econômica da América Latina e do Caribe registrará uma expansão moderada em 2025.**

A projeção de crescimento de 2,4% para 2025 é ligeiramente superior aos 2,3% observados em 2024. Essa dinâmica baseia-se principalmente na demanda interna em várias economias, especialmente no consumo privado. A economia da região continuou dependendo em grande medida dos setores de serviços, que representam a maior proporção do valor agregado e continuam liderando a criação de empregos e a recuperação após a pandemia de COVID-19.

O investimento permaneceu contido na maioria dos países, restringido por taxas de juros ainda elevadas na primeira metade do ano e pela persistente incerteza sobre o contexto mundial. Apesar da melhoria das condições financeiras externas no segundo semestre, a resposta do setor privado foi moderada, refletindo uma avaliação prudente do contexto internacional.

No âmbito sub-regional, desde o segundo semestre de 2022 tanto a América do Sul como a América Central apresentam desaceleração do crescimento econômico, que convergiu a taxas próximas de 2,5% e 3%, respectivamente. Na América do Sul, o crescimento acelerou-se na metade dos países em 2025, mas diminuiu na outra metade. Na América Central, por outro lado, desde 2022 mantém-se um processo contínuo de desaceleração e o crescimento alcançou taxas levemente superiores às das economias sul-americanas.

## 5. Os preços internos

**A inflação continua sua trajetória descendente na região.** Nas economias da América Latina e do Caribe a inflação continuou a cair em 2025, consolidando o processo iniciado em 2024. Entre fevereiro e setembro de 2025, a mediana da inflação da região se reduziu aproximadamente à metade, chegando a 1,8%, como resultado da diminuição dos preços internacionais dos alimentos e da energia, normalização das cadeias logísticas globais e diminuição da volatilidade financeira internacional.

Em setembro de 2025, os preços dos alimentos nos mercados internacionais registraram uma redução interanual de cerca de 6,6%, enquanto os preços da energia apresentaram uma diminuição interanual de cerca de 8,1%, refletindo condições mais folgadas nesses mercados.

Essas reduções contribuíram para aliviar os custos de produção em vários setores e reduzir a pressão inflacionária sobre os domicílios, particularmente em países que dependem em maior medida dessas importações.

Não obstante, a trajetória de redução da inflação não foi uniforme. Em economias com regimes cambiais mais flexíveis, a transmissão dos choques externos continuou gerando volatilidade nos preços internos, enquanto as economias dolarizadas ou com âncora cambial experimentaram uma maior estabilidade nominal, embora com uma acentuada dependência da evolução dos preços internacionais.

A inflação subjacente também mostrou sinais de moderação, apoiada na desaceleração do consumo em alguns países e na normalização dos custos de transporte. Nesse contexto, os bancos centrais de vários países da região conseguiram retomar a redução das taxas de juros, num contexto mais favorável para a convergência às metas de inflação.

## 6. O emprego e os salários

**Os mercados de trabalho continuaram sua recuperação, mas mais lentamente.** Em 2025, continuou a criação de empregos na região (1,5%), embora a um ritmo menor do que o observado em 2024 (2,0%). A desaceleração econômica em alguns setores e a maior incerteza mundial reduziram o dinamismo da demanda de trabalho.

O crescimento do emprego concentrou-se em atividades como os serviços financeiros e empresariais e a manufatura. Entre as categorias que apresentaram maior crescimento, destacam-se os assalariados e os empregadores.

Os níveis de informalidade, embora continuem altos, mantiveram uma tendência descendente, apoiada pela melhoria da atividade em setores que apresentam maiores níveis de formalidade. Quanto aos salários médio e mínimo, observou-se um aumento real moderado em vários países, favorecido principalmente pela queda da inflação e pela recuperação parcial da produtividade do trabalho. Em alguns casos, os aumentos salariais foram superiores ao crescimento da inflação subjacente, o que contribuiu para sustentar o consumo privado e a demanda interna, embora a um menor ritmo do que em 2024.

Apesar de leves melhorias, as amplas lacunas estruturais entre homens e mulheres em indicadores como as taxas de participação, desocupação e ocupação continuam significativas. Essas lacunas continuam limitando a plena recuperação do emprego e a qualidade do trabalho na região e constituem desafios relevantes para a política pública.

## 7. As políticas macroeconômicas

### a) A política fiscal

**O espaço fiscal permanece reduzido, num contexto de déficits persistentes e níveis de dívida pública que, embora tenham diminuído, continuam elevados.** Em setembro de 2025, a dívida pública da América Latina alcançou 51,8% do PIB, nível semelhante ao do ano anterior e aos níveis do início da década de 2000, quando a região passou por várias crises econômicas e financeiras. No Caribe, a dívida pública diminuiu para 68,0% do PIB em junho de 2025, voltando aos níveis que predominavam antes da pandemia; contudo, vários países mantêm níveis superiores a 80% do PIB.

A América Latina continua em situação deficitária e o Caribe deve registrar deterioração dos balanços fiscais. Embora alguns países tenham conseguido melhorar seus balanços fiscais mediante maiores receitas tributárias ou contenção do gasto público, outros experimentaram pressões de gasto adicionais

associadas ao aumento do pagamento de juros, especialmente os países com dívida denominada em moeda estrangeira ou com alta proporção de credores externos, o que constitui um fator de vulnerabilidade macroeconômica.

## b) A política monetária, cambial e prudencial

**Em 2025, os bancos centrais da maioria dos países da região continuaram com o ciclo de redução das taxas básicas de juros iniciado em 2023.** Os bancos centrais da região mantiveram uma postura prudente durante a primeira metade de 2025, associada à persistência de expectativas inflacionárias elevadas, volatilidade cambial e incerteza vinculada ao contexto externo.

O ciclo de relaxamento monetário na região tornou-se mais evidente a partir de meados de ano, apoiado em fatores como a convergência das expectativas de inflação para a meta, desvalorização do dólar observada nos mercados internacionais, redução das taxas nos Estados Unidos e diminuição da incerteza sobre a política comercial dos Estados Unidos.

Essas condições facilitaram a concessão de crédito em alguns países, embora o investimento continue limitado pela fraqueza da confiança e pelo contexto macroeconômico mundial.

## B. Perspectivas econômicas para 2026

### 1. As perspectivas indicam que em 2026 a América Latina e o Caribe manterão uma dinâmica de baixo crescimento, num contexto internacional ainda incerto

Estima-se que o PIB regional crescerá 2,4% em 2025 e 2,3% em 2026, completando uma sequência de quatro anos com taxas próximas a 2,3%, o que confirma o fato de que a região continua numa armadilha de baixa capacidade para crescer (veja o quadro 1).

Preveem-se dinâmicas de crescimento diferenciadas entre as sub-regiões. Na América do Sul, o crescimento passaria de 2,9% em 2025 para 2,4% em 2026, refletindo uma menor expansão no Brasil —devido à continuidade de uma política monetária contracionista e um menor impulso fiscal— e a normalização do ciclo na Argentina, após o forte aumento de 2025.

Na América Central prevê-se para 2026 uma expansão de 3,0% do PIB, depois de um crescimento de 2,6% em 2025 e 2,8% em 2024. Essa sub-região foi a mais afetada pelo enfraquecimento da demanda agregada externa, particularmente a demanda proveniente dos Estados Unidos. Contudo, Guatemala, Panamá e República Dominicana, três das maiores economias da sub-região, mostraram uma relativa resiliência em 2025, prevendo-se taxas de crescimento de cerca de 3,5% ou mais, graças à dinâmica do setor dos serviços, ao comportamento do consumo privado e à expansão das remessas. Apesar de melhores perspectivas para 2026, a América Central continua muito vulnerável aos choques externos devido à sua dependência estrutural da economia dos Estados Unidos nos âmbitos comercial, financeiro e migratório, bem como à sua exposição aos possíveis efeitos adversos da mudança climática.

O México deve ter um crescimento de 0,4% em 2025, devido ao enfraquecimento da demanda interna, em consequência de um menor fluxo de remessas e da queda do consumo privado e do investimento. Para 2026 prevê-se um crescimento de 1,3%. Apesar da melhoria esperada, a economia mexicana continua vulnerável a choques externos derivados da política comercial, financeira e migratória dos Estados Unidos.

**Quadro 1**

América Latina e Caribe: crescimento do PIB real em 2024 e projeções para 2025 e 2026  
(Em porcentagens)

|                                      | 2024        | 2025       | 2026       |
|--------------------------------------|-------------|------------|------------|
| <b>América Latina e Caribe</b>       | <b>2,3</b>  | <b>2,4</b> | <b>2,3</b> |
| <b>América Latina</b>                | <b>2,2</b>  | <b>2,3</b> | <b>2,2</b> |
| <b>América do Sul</b>                | <b>2,4</b>  | <b>2,9</b> | <b>2,4</b> |
| Argentina                            | -1,3        | 4,3        | 3,8        |
| Bolívia (Estado Plurinacional da)    | -1,1        | 0,5        | 0,5        |
| Brasil                               | 3,4         | 2,5        | 2,0        |
| Chile                                | 2,6         | 2,5        | 2,2        |
| Colômbia                             | 1,6         | 2,6        | 2,7        |
| Equador                              | -2,0        | 3,2        | 2,2        |
| Paraguai                             | 4,2         | 5,5        | 4,5        |
| Peru                                 | 3,3         | 3,2        | 3,0        |
| Uruguai                              | 3,1         | 2,2        | 2,1        |
| Venezuela (República Bolivariana da) | 8,5         | 6,5        | 3,0        |
| <b>América Central e México</b>      | <b>1,8</b>  | <b>1,0</b> | <b>1,8</b> |
| México                               | 1,4         | 0,4        | 1,3        |
| <b>América Central</b>               | <b>2,8</b>  | <b>2,6</b> | <b>3,0</b> |
| Costa Rica                           | 4,3         | 4,0        | 3,9        |
| Cuba                                 | -1,1        | -1,5       | 0,1        |
| El Salvador                          | 2,6         | 3,5        | 3,4        |
| Guatemala                            | 3,7         | 3,9        | 3,8        |
| Haiti                                | -4,2        | -2,3       | -1,2       |
| Honduras                             | 3,6         | 3,8        | 3,9        |
| Nicarágua                            | 3,6         | 3,5        | 3,4        |
| Panamá                               | 2,7         | 3,8        | 3,7        |
| República Dominicana                 | 5,0         | 2,9        | 3,6        |
| <b>Caribe</b>                        | <b>10,7</b> | <b>5,5</b> | <b>8,2</b> |
| <b>Caribe (excluindo a Guiana)</b>   | <b>2,2</b>  | <b>1,9</b> | <b>1,8</b> |
| Antígua e Barbuda                    | 4,3         | 4,8        | 5,0        |
| Bahamas                              | 3,4         | 2,1        | 2,0        |
| Barbados                             | 4,0         | 2,9        | 2,1        |
| Belize                               | 3,5         | 1,6        | 2,6        |
| Dominica                             | 2,1         | 4,2        | 3,1        |
| Granada                              | 4,0         | 3,6        | 3,1        |
| Guiana                               | 43,6        | 15,2       | 24,0       |
| Jamaica                              | -0,5        | 1,5        | 1,4        |
| Saint Kitts e Nevis                  | 1,2         | 1,1        | 2,6        |
| Santa Lúcia                          | 3,9         | 2,7        | 2,8        |
| São Vicente e Granadinas             | 4,1         | 4,7        | 3,6        |
| Suriname                             | 3,0         | 3,2        | 3,4        |
| Trinidad e Tobago                    | 2,5         | 1,3        | 0,9        |

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Nota: As projeções para 2025 e 2026 baseiam-se em informações disponíveis em 30 de novembro de 2025.

No Caribe, excluindo a Guiana, estima-se uma taxa de crescimento de 1,8% em 2026, o que representa uma leve desaceleração em relação ao crescimento estimado para 2025. A expansão econômica depende da evolução do turismo e da construção nessa sub-região, que está sujeita a níveis significativos de vulnerabilidade devido à sua dependência da energia importada, altos custos do transporte e exposição a desastres.

## 2. O consumo privado e a demanda externa perdem dinamismo como motores do crescimento regional

Do lado da demanda, o consumo privado continuará sendo o principal motor do crescimento, embora com uma contribuição menor, que passará de 2 pontos percentuais em 2024 para 1,6 ponto percentual em 2025 e 1,4 ponto percentual em 2026. O consumo público continuará fraco e a contribuição do investimento, apesar de aumentar gradualmente, continuará sendo insuficiente para alterar o padrão de baixo crescimento. As exportações líquidas voltarão a dar uma contribuição negativa no biênio 2025-2026, devido ao menor impulso das exportações e ao aumento das importações. Em média, o crescimento regional no período 2017-2026 seria de apenas 1,6%, refletindo a combinação de um processo de desaceleração tendencial e uma elevada volatilidade cíclica. Nesse sentido, o crescimento observado entre 2023 e 2026, de cerca de 2,3%, é interpretado mais como um efeito cíclico após a pandemia do que como uma mudança no crescimento de longo prazo das economias da região.

## 3. O contexto externo continuará incerto

Para 2026 projeta-se um crescimento da economia mundial de cerca de 3,0%, num cenário de comércio internacional praticamente estagnado e vulnerável a tensões geopolíticas e comerciais. A desaceleração das economias dos principais parceiros comerciais da região — os Estados Unidos, a zona do euro e a China — se traduzirá numa redução do impulso externo. Além disso, em 2026 os preços dos bens primários experimentarão variações moderadas ou decrescentes, os da energia apresentarão novas quedas, os dos metais mostrarão estabilidade com riscos mistos e os dos produtos agrícolas experimentarão leves quedas, enquanto os dos metais preciosos manterão uma trajetória de alta. Isso limitará a melhoria dos termos de troca da região.

## 4. Em 2026, a conta corrente registraria um déficit moderado

**O déficit de cerca de 1,5% do PIB estará associado principalmente aos pagamentos líquidos de renda ao exterior, que alcançarão cerca de 4,1% do PIB.** Esse desequilíbrio seria coberto em parte por um superávit na balança de bens e pela entrada de remessas, além de entradas líquidas de capital através da conta financeira do balanço de pagamentos.

## 5. Prevê-se uma desaceleração do crescimento do emprego em 2026

Isso será acompanhado de leves reduções adicionais na informalidade e taxas de desocupação historicamente baixas. A inflação convergiria para uma mediana de 3% em 2026, após a forte correção do período 2023-2025, apoiada na queda dos preços internacionais dos alimentos e da energia, valorização cambial e políticas monetárias prudentes, embora com risco de alta vinculados à volatilidade financeira e a novos choques externos.

## C. Desafios para os gestores das políticas macroeconômicas

Diante desse cenário, a região enfrenta o duplo desafio de gerenciar riscos macrofinanceiros crescentes e avançar em reformas que impulsionem a transformação produtiva e as políticas sociais e elevem o crescimento potencial. No âmbito interno, é necessário adotar medidas para consolidar a sustentabilidade da política fiscal, pois os altos níveis de dívida limitam a capacidade dos governos de responder a choques adversos ou de expandir o gasto em investimento público. Além disso, as autoridades da região devem utilizar todas as ferramentas ao seu alcance para reduzir a vulnerabilidade externa das economias, que está vinculada à dependência de exportações de recursos naturais e concentração de mercados que continuam expondo os países a riscos de deterioração dos termos de troca.

A fim de cumprir essa tarefa complexa, as autoridades da região devem buscar instâncias e mecanismos para ampliar a coordenação entre as políticas fiscal, monetária, cambial e prudencial, com o propósito de impulsionar o crescimento das economias. Também são necessárias políticas para acelerar a transformação produtiva, aumentar a produtividade das economias da região e melhorar a qualidade do emprego. Nesse sentido, é necessário aumentar a escala das políticas de desenvolvimento produtivo: a região enfrenta o desafio de impulsionar agendas integradas de inovação, digitalização e diversificação produtiva que permitam elevar a produtividade.

Além disso, a região deve avançar na adoção de políticas que promovam a formalidade das unidades produtivas e dos trabalhadores, melhorar as modalidades de proteção social e de capacitação da força de trabalho e implementar instrumentos que permitam a diminuição das lacunas estruturais entre homens e mulheres e entre grupos etários.

Para enfrentar esses desafios são necessárias políticas integrais que combinem gestão fiscal responsável com estímulos ao investimento, bem como políticas monetárias orientadas a consolidar a estabilidade nominal e a fortalecer a mobilização interna de recursos, promovendo uma intermediação financeira mais profunda e uma avaliação adequada dos riscos. Essas ações fiscais e monetárias permitiriam melhorar a eficiência na alocação de recursos, favorecer a convergência da inflação e avançar em reformas estruturais que impulsionem a produtividade e a capacidade de transformação das economias da região. Além disso, os países da região deveriam considerar a adoção de políticas orientadas a ampliar o acesso a novos mercados de exportação, fortalecer a colaboração comercial e produtiva e impulsionar uma maior integração financeira e comercial intrarregional. É preciso fortalecer a institucionalidade econômica e social, promover uma maior cooperação regional e intensificar a coordenação de políticas para mitigar de maneira mais efetiva os choques externos.



**Figura indígena** que, entre outras representações, os povos do continente americano plasmam em seu artesanato, atividade vital de sua cultura e economia.

Baixo-relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)

A América Latina e o Caribe continuam presos numa armadilha de baixa capacidade para crescer. As projeções da CEPAL indicam que a região crescerá cerca de 2,3% em 2026, cifra levemente inferior aos 2,4% registrados em 2025, definindo-se assim uma sequência de quatro anos com taxas de crescimento em torno de 2,3%. A presente edição 2025 do *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* mostra que esse desempenho ocorre num contexto mundial incerto e com limitações internas que impedem um maior crescimento do investimento e restringem a produtividade e a capacidade de gerar empregos formais.

O panorama econômico da região mostra sinais diversos. Embora a inflação continue a cair e facilite posturas monetárias mais acomodatórias, o crescimento do consumo privado está diminuindo. Apesar da recuperação, o investimento permanece contido e persistem as lacunas de gênero no mercado de trabalho. Enquanto isso, as contas externas mostram déficits moderados, mas persistentes, com vulnerabilidades vinculadas à dependência de exportações primárias e crescentes pagamentos de juros.

A saída da armadilha de baixa capacidade para crescer exige políticas mais coordenadas e instituições sólidas para gerenciá-las e dar-lhes continuidade. É preciso combinar sustentabilidade fiscal com mais investimentos, adotar políticas monetárias orientadas à estabilidade e ampliar as políticas de desenvolvimento produtivo para impulsionar a inovação e o emprego de qualidade. Somente mediante esse enfoque integral a região poderá fortalecer sua resiliência e avançar rumo a um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável.

Versão digital disponível on-line



<https://bit.ly/BalancoPreliminar-Resumo-2025>



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)